

Sentido do tempo, consciência histórica e identidade operária: a rememoração de eventos históricos pelos trabalhadores belenenses na Primeira República

Sense of time, historical consciousness and worker identity: the remembrance of historical events by Belenense workers in the First Republic

Sentido del tiempo, conciencia histórica e identidad obrera: la memoria de hechos históricos por parte de los trabajadores belenenses en la Primera República

Marcos Lucas Abreu Braga

Mestre e Doutorando em História pela UFAM

marcoslucasab@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9341-192X>

Resumo

O presente artigo pretende discutir a construção da consciência histórica dos trabalhadores de Belém do Pará – ou, pelo menos, daqueles envolvidos nas organizações anarquistas – no período da chamada Primeira República (1889-1930). Para tal, se utilizou dos aportes teóricos do historiador Jörn Rüsen acerca da construção do sentido do tempo aplicados na análise temática dos periódicos da imprensa operária belenense. Foram identificados alguns eventos históricos recorrentemente mencionados pelos jornais, como a queda da Bastilha e a Comuna de Paris, bem como alguns eventos que compuseram a memória coletiva deles, e se discutiu como essa rememoração influenciou na construção da identidade operária naquele contexto.

Palavras-chave: Consciência Histórica; Movimento Operário; Identidade Operária.

Abstract

This article intend to discuss the construction of the historical consciousness of workers in Belém do Pará – or, at least, of those involved in anarchist organizations – in the period of the so-called First Republic (1889-1930). To this end, we used the theoretical contributions of historian Jörn Rüsen on the construction of the meaning of time applied to the thematic analysis of periodicals from the Belenense workers' press. Some historical events frequently mentioned by newspapers were identified, such as the fall of the Bastille and the Paris Commune, as well as some events that made up their collective memory, and it was discussed how this remembrance influenced the construction of working-class identity in that context.

Keywords: Historical Awareness; Labor Movement; Worker Identity.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la construcción de la conciencia histórica de los trabajadores de Belém do Pará – o, al menos, de aquellos involucrados en organizaciones anarquistas – en el período de la llamada Primera República (1889-1930). Para ello, utilizamos los aportes teóricos del historiador Jörn Rüsen sobre la construcción del significado del tiempo aplicados al análisis temático de publicaciones periódicas de la prensa obrera belenense. Se identificaron algunos hechos históricos frecuentemente mencionados por los periódicos, como la caída de la Bastilla y la Comuna de París, así como algunos hechos que conformaron su memoria colectiva, y se discutió cómo esta recordación influyó en la construcción de la identidad obrera en ese contexto.

Palabras clave: Conciencia Histórica; Movimiento Obrero; Identidad del Trabajador.

1. Considerações iniciais

O historiador, filósofo e pedagogo alemão Jörn Rüsen deu contribuições fundamentais para a didática e para a teoria da história. Para este pensador, os seres humanos possuem uma necessidade antropológica universal de orientação no tempo, o que faz com que eles busquem construir sentidos que liguem as experiências passadas (dentre as quais os eventos e processos históricos), à compreensão do presente e às projeções, intenções e expectativas para o futuro.

Nessa perspectiva, a vida prática e a ciência histórica especializada estão intimamente ligadas, com a primeira fornecendo os interesses – oriundos das experiências contingentes, que geram uma carência de orientação no tempo – para a segunda, que por sua vez os trabalha a partir de teorias, categorias e métodos, os articulando narrativamente em uma forma de representação, devolvendo para a primeira como função de orientação para a vida e como geradora de identidades. A esta interrelação entre vida cotidiana e ciência história, Rüsen cunha o conceito de *Matriz Disciplinar* da história (Rüsen, 2001).

Suas considerações acerca da consciência histórica e da produção de sentido do tempo são muito instigantes para a formação teórica dos historiadores já que estes, consciente ou inconscientemente, admitindo ou não, produzem textos que são apropriados por pessoas e grupos que constroem seus próprios sentidos do tempo ao se voltarem para os processos e eventos históricos que são os objetos dos estudos dos pesquisadores da história, construindo suas identidades, individuais e coletivas, e orientando seu agir e sofrer no presente, além de projetar suas intenções e expectativas para o futuro, em parte baseados nos eventos e processos históricos estudados pelos historiadores.

No entanto, há outra possibilidade de operacionalização das ideias de Rüsen sobre a consciência histórica e o sentido do tempo: para além da autopercepção, autorreflexão e autoconsciência teórica dos historiadores sobre aquilo que fazem quando exercem o seu ofício, é possível tomar como objeto de pesquisa – ou como parte do objeto – os sentidos do tempo que os sujeitos, atores ou agentes estudados pelo historiador constroem ao longo de suas trajetórias, já que esses também são

produtores de outras formas de consciência histórica (que não a acadêmica, mas por vezes em diálogo com ela) em suas vidas práticas cotidianas.

Com efeito, apesar de manifestadamente se preocupar com a formação do pensamento histórico especificamente científico (aquele produzido por historiadores profissionais, na academia), Rüsen abre a possibilidade para que a matriz disciplinar que ele formulou possa ser utilizada para a análise de outras formas de pensamento histórico:

Com pequenas modificações, ademais, ela [a matriz disciplinar da ciência histórica] pode ser igualmente empregada como quadro de referência para a interpretação das práticas do pensamento histórico e das representações historiográficas nas quais a cientificidade (no sentido atual) é irrelevante (Rüsen, 2001, p. 165).

Se Rüsen estiver correto, então o sentido do tempo construído pelas pessoas comuns – isto é, pelos não historiadores – serve não apenas para a compreensão das próprias experiências temporais em que elas estão inseridas, mas também para orientar o agir delas no presente em que viveram, já que sendo o tempo uma experiência “(...) ele precisa ser de tal modo apropriado mediante feitos interpretativos da consciência humana que o ser humano possa orientar-se nele, estabelecer uma relação significativa entre sua vida e ele” (Rüsen, 2014, p. 255). Portanto, a compreensão do sentido atribuído pelos sujeitos/agentes ao tempo ou à história é um elemento essencial para tornar a agência deles inteligíveis.

Nesse sentido, a leitura das considerações de Rüsen remeteram à uma característica interessante percebida no trato com as fontes acerca do movimento operário em Belém do Pará na Primeira República, sobretudo a imprensa operária: para além de notícias acerca das greves, dos convites para reuniões e assembleias dos sindicatos, dos editoriais concitando a união e a organização ou a transcrição das atas e estatutos dos sindicatos e associações classistas, das denúncias de acidentes de trabalho ou de desmandos dos patrões e capatazes, é possível encontrar nos jornais operários publicanos pelos núcleos militantes alguns textos referentes à datas que remetem à eventos e processos históricos específicos, como a Revolução Francesa, o assassinato do pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardía ou a Comuna de Paris. Não eram propriamente textos historiográficos, mas sim pequenos artigos

memorialísticos ou de efemérides, geralmente publicados nas datas simbólicas que marcavam cada evento ou processo referenciado.

A presença desses textos cujo conteúdo remetia a episódios e processos históricos faz lembrar um elemento já percebido por Cláudio H. M. Batalha, que aponta que ao longo da Primeira República as sociedades operárias brasileiras desenvolveram todo um calendário de celebrações e solenidades, que se tornou elemento essencial da cultura associativa e militante desses grupos. Nas palavras de Batalha (2003, p. 103):

Certas datas forneciam às sociedades operárias a oportunidade para celebrações rituais: o 18 de março, aniversário da Comuna; o 1º de maio, Dia do Trabalhador; o 14 de Julho, Queda da Bastilha; em alguns casos, o 15 de novembro; o aniversário da morte do educador libertário catalão Francisco Ferrer y Guardia [13 de outubro]; o aniversário da fundação da associação etc.

Às datas mencionadas por Batalha, é possível incluir o 13 de Maio, em homenagem à abolição da escravidão¹, dentre outras. Todas essas datas remetem a eventos e processos históricos, que são interpretadas de formas diversas pelos grupos militantes que a rememoravam, fazendo parte da consciência histórica deles. Por vezes, a rememoração não ficava restrita à artigos e editoriais na imprensa operária, mas poderia ser temática de alguma palestra ou conferência na sede das associações classistas, como aquelas levadas à cabo pelo Partido Comunista – que, apesar do nome, fora formado por grupos anarquistas em 1919 – no Rio de Janeiro; nessa ocasião, os militantes ligados à esse partido organizaram uma série de atos

¹ A partir da década de 1970, o movimento negro brasileiro questionou o 13 de maio como data simbólica para luta negra, argumentando que ela enfatizava a iniciativa oficial no processo de abolição. Foi proposto em seu lugar o 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, como Dia da Consciência Negra, recentemente oficializado como feriado nacional através da Lei 14.759/23, promulgada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em atendimento às demandas do movimento negro. A mudança da data tinha como objetivo salientar a atuação dos próprios negros escravizados ou libertos na luta pela Liberdade, bem como enfatizar outras contribuições da população afrodescendentes para além da própria escravidão. No período da Primeira República, no entanto, as organizações operárias, muitas das quais com forte presença negra já que esta compunha a maior parte da classe trabalhadora nacional, se apropriavam do 13 de maio, também relembando a data em edições especiais dos periódicos classistas, em conferências e palestras sem sindicatos, embora com algumas divergências com relação às comemorações oficiais. Acerca das disputas pelas datas ver: (Zorzi, 2022) Já acerca das representações do 13 de maio na imprensa operária brasileira da Primeira República, ver: (Nascimento, 2008).

públicos, “realizados em sedes sindicais, com o comparecimento de grande número de operários. Foi assim em 18 de março, dia da Comuna de Paris; em 13 de maio, dia da Abolição; em 14 de julho, dia da tomada da Bastilha, etc” (Bandeira, 1980, p. 157).

O objetivo do presente texto é fazer uma interpretação – à luz dos aportes teóricos desenvolvidos pelo historiador alemão – acerca dos usos e representações que os trabalhadores belenenses, ou pelo menos seus segmentos organizados, em especial os núcleos anarquistas, fizeram desses eventos e processos históricos, e como eles impactavam em suas ações no presente e em suas perspectivas de futuro.

A base documental para tal se compôs dos textos e artigos acerca desses eventos, encontrados na imprensa operária belenense do período. O uso da imprensa foi fundamental para a discussão dessa problemática, já que foi uma documentação produzida pelos próprios trabalhadores dos quais nos ocupamos – ou pelo menos pelo lideranças e militantes destacados do movimento. Além disso, mais do que “depositários de acontecimentos”, os jornais conformaram uma “força social ativa na história do capitalismo” (Cruz; Peixoto, 2007), ao difundir ideias, interpretações, projetos de futuro e, por que não, contribuindo para a formação da consciência histórica dos seus leitores.

Ao longo do processo de leitura, foram percebidos pelo menos dois eventos contingentes locais – o assassinato do estivador Paulo Victor em 1914 e a morte do militante João Plácido de Albuquerque, em 1920 – que marcaram a memória coletiva dos segmentos organizados da classe trabalhadora belenense, também compondo o espaço de experiência histórica desses sujeitos, analisados na última seção.

2. As datas rememoradas pelos militantes belenenses

O 1º de maio – Dia do Trabalho para alguns, dia dos trabalhadores para outros – foi sem sombra de dúvidas a principal data do calendário de festividades das organizações operárias na Primeira República mencionado por Cláudio Batalha. Seu significado variava de acordo com a tendência política: enquanto socialistas e reformistas davam ênfase na decisão do congresso da II Internacional, realizado em Paris, em 1889, que estabelecia esse dia como um marco da luta pelo

estabelecimento da jornada de 8 horas diárias, os grupos anarquistas e sindicalistas revolucionários lembravam os mártires de Chicago, cinco trabalhadores condenados e mortos (quatro executados e um cometeu suicídio) pelos confrontos na praça Haymarket, em 4 de maio de 1886, após a convocação de uma greve geral pela jornada de 8 horas, quando uma bomba explodiu ferindo e matando algumas pessoas (Batalha, 2004, p. 107-108).

Em Belém, o 1º de maio foi comemorado – e reprimido – pelo menos desde 1892, apenas três anos após a decisão do congresso da Internacional Socialista que estabelecia a data como marco da luta operária (Salles, 2001). A partir de então, todos os anos ele foi lembrado, fosse em edições especiais de jornais, fosse em sessões particulares nas sedes dos sindicatos ou associações classistas, fosse ainda em manifestações em praça pública, com *meetings*, discursos e passeatas pelas ruas da cidade das mangueiras.

A cada ano, os jornais operários traziam artigos especiais em referência a data, historiando os acontecimentos. Os núcleos anarquistas reafirmaram em diversos momentos a origem do primeiro de maio como referência aos mártires de Chicago², por vezes lembrando também o 11 de novembro, data da execução dos quatro militantes anarquistas condenados pelos sucessos da praça de Haymarket.³

Em 1920, o alfaiate Raymundo de Oliveira assinou um artigo no porta-voz da Federação das Classes Trabalhadoras do Pará onde traçou uma linha do tempo das movimentações trabalhistas estadunidenses até o fatídico 4 de maio de 1886, mencionando que desde a década de 1860 os trabalhadores do país se movimentavam em prol das 8 horas, em 1880 fundaram a Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e do Canadá, em 1884 os delegados das associações aderentes decidiram declarar em 1º de maio de 1886 a greve geral reivindicando as oito horas.⁴

No ano anterior, o militante libertário José Mathias se utilizou das páginas do *O Semeador* para render sua homenagem à data,

² Ver as edições especiais de: *O Semeador*, Belém. n.º 2, 1º de maio de 1919; *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 1, 1.º de maio de 1920; *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 25, 1.º de maio de 1924.

³ Ver, por exemplo: “Os mártires de Chicago”. *O Semeador*, Belém. n.º 25, 8 de novembro de 1919, p. 2.

⁴ OLIVEIRA, Raymundo. “A data de hoje”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 1, 1º de maio de 1920, p. 1.

Se na história do operariado universal há uma data que deve ser por todos comemorada esta é o 1º de maio pois ela lembra-nos a maior de todas as hecatombes sofridas pelas classes trabalhistas; ela recorda-nos o martirólogo de um grupo de companheiros levados ao cadafalso pelo grande crime de propugnar pela efetivação das oito horas de trabalho.⁵

Mais adiante, Mathias conclui o texto concitando: “(...) e que os nossos operários, não esquecendo o motivo dessa luta, e tomando o exemplo daqueles, saibam também vir a praça pública, um dia, reclamar esta grande aspiração de todos os trabalhadores mundial [sic] que são as oito horas de trabalho”.⁶ No texto em questão, a menção aos acontecimentos de Chicago, ocorridos cerca de 30 anos antes, servia como um estímulo, um exemplo, para que os trabalhadores belenenses fizessem o mesmo no presente, com vistas a um objetivo futuro. Não demoraria muito para que a proposta de Mathias se concretizasse, já que naquele mesmo mês de maio de 1919 a Federação das Classes Trabalhadoras do Pará iniciou uma tentativa de greve geral cuja principal reivindicação era justamente o estabelecimento da jornada diária de 8 horas.

Embora o 1.º de maio fosse a data mais significativa, outras datas foram quase tão lembradas quanto. Uma delas foi o 13 de outubro, em referência ao assassinato do pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardia, acusado de ser o mentor intelectual de uma série de protestos contra o recrutamento militar obrigatório em Barcelona, em 1909. A morte do educador acabou gerando uma grande comoção nos meios sindicais, socialistas, anarquistas, maçônicos e de livres-pensadores em todo o mundo ocidental e em Belém acabou inspirando a construção de instituições educacionais organizadas pelos grupos operários e direcionadas aos filhos dos trabalhadores, tais como a *Escola 13 de Outubro* e a *Escola de Educação Racional Francisco Ferrer* (Braga, 2022), que buscavam implementar seus pressupostos educacionais. Até a década de 1920, a imprensa operária belenense trazia artigos que marcavam a data, quando não edições especiais, com forte viés anticlerical,

⁵ MATHIAS, José. “1º de maio”. *O Semeador*, Belém. n.º 2, 1º de maio de 1920, p. 1-2.

⁶ *Idem*, *ibidem*.

referenciando até mesmo a inquisição espanhola do período moderno (dos séculos XVI e XVIII).⁷

Outro exemplo bastante significativo foi o 14 de Julho, em referência a Tomada da Bastilha pela multidão parisiense em 1789, que simbolizava o processo da Revolução Francesa. Conforme salientado por Cláudio Batalha (1991), a imagem da Revolução Francesa esteve presente no movimento operário brasileiro da Primeira República, tanto como um paradigma quanto como um momento construído na memória desse movimento ou como a inspiração de uma linguagem alegórica e simbólica, expressa tanto de forma oral/escrita como iconograficamente.

Pode-se sugerir a hipótese de que, como os trabalhadores ainda não haviam tido a experiência temporal das revoluções socialistas do século XX, a Revolução Francesa era o principal modelo ou paradigma de transformação histórica à disposição no repertório de experiências daquele momento; pelo menos era um daqueles, se não o principal, sobre os quais mais se faziam referências, ao menos até a Revolução Russa.

Em Belém do Pará, a Revolução Francesa também foi um processo histórico apropriado e rememorado pelos setores organizados do operariado, sobretudo pela publicação de edições especiais de periódicos. Isso torna compreensível o trecho da obra de Vicente Salles (1992, p. 229), quando analisando a imprensa operária belenense, assinalou que depois de um período de interregno, em 1914 “a imprensa socialista voltou a dar mostras de sua existência, *como sempre na data preferida, 14 de julho*” (grifo nosso), ocasião em que vieram a lume *O Socialista*, diário vespertino, e o *Jornal Pequeno*, outro diário vespertino e independente. Não tivemos acesso a esses jornais, mas é bem provável que eles trouxessem algum editorial, ou pelo menos algum texto acerca do significado da data.

Nas reuniões e manifestações operárias, ela era frequentemente lembrada: em 1911, por exemplo, o professor Bertoldo Nunes discorreu brevemente acerca da queda da Bastilha na festa de aniversário da fundação da *Associação dos Empregados no Comércio do Pará* (talvez por coincidência, também

⁷ Ver, por exemplo: *A Revolta*, Belém. n.º 7, 13 de outubro de 1919; *O Semeador*, Belém. n.º 21, 13 de outubro de 1919; *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 24, 13 de outubro de 1921.

fundada em um 14 de julho).⁸ Já na ocasião da fundação da *Escola Operária 13 de Outubro*, pela organização anarquista *Centro Libertário Porvir*, em outubro de 1913, após iniciada a sessão foi dada a palavra ao quitandeira anarquista de origem portuguesa Antônio da Costa Carvalho, que numa “(...) oração bem fundamentada mostrou a todos os presentes qual o fim e porque princípios se fundara aquela escola. Fundando-se na história, mostrou as lutas travadas, quando da queda da Bastilha, entre o clero e a convenção francesa”.⁹

Alguns anos depois, nas manifestações do 1º de maio promovidas pela *Liga Operária do Pará*, seu presidente, Manoel Firmino de Melo, iniciou seu discurso ponderando que teve apenas 48 horas para preparar a sua fala, mas “(...) menos da terça parte desse espaço de tempo bastou para que o povo de Paris, arrasando a Bastilha, despedaçasse os alicerces do absolutismo e abraçasse o mundo em vagalhões de luz”.¹⁰

Elementos da história da Revolução Francesa eram utilizados e faziam parte do vocabulário da militância operária belenense. Dessa forma, noticiando as escolhas dos novos delegados que deveriam representar os sindicatos na *Federação das Classes Trabalhadoras do Pará* no ano de 1920, um dos redatores do *A Voz do Trabalhador* escreveu que “não poderiam ter sido mais acertadas (...), pois em todos vê-se claramente a ânsia de transformar o Pará numa verdadeira Bastilha proletária”¹¹ (grifo nosso). Com essa figura de linguagem, provavelmente ele queria dizer que os delegados ansiavam em transformar o Pará em uma fortaleza do operariado, não em uma prisão para os trabalhadores ou para os seus inimigos, já que a Bastilha, além de ser um presídio para os inimigos do absolutismo, também era uma fortificação.

Esses dois últimos exemplos de menções ao processo histórico da Revolução Francesa por militantes operários, colhidos quase ao acaso em falas involuntárias, indicam que ela era um elemento muito significativo do imaginário social dos segmentos organizados da classe operária local. Conforme Rüsen, a constituição histórica de sentido não se dá exclusivamente através de textos historiográficos, mas

⁸ “Associação dos empregados no comércio do Pará”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 97, 15 jul. 1911, p. 2.

⁹ “13 de Outubro”. *A Lanterna*, São Paulo. n.º 216, 8 de novembro de 1913, p. 3.

¹⁰ “As Festas do Trabalho”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2185, 3 de maio de 1917, p. 1.

¹¹ “Pelos Sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 3, 15 de maio de 1920, p. 4.

perpassa as mais diversas dimensões das manifestações da vida humana, como a comunicação no dia-a-dia, em fragmentos de histórias, em símbolos, imagens, palavras isoladas, alusões, desde que “(...) o sentido que possuem nas situações de comunicação da vida humana prática emergja plenamente na forma de uma história na qual o passado é interpretado, o presente entendido e o futuro esperado mediante essa mesma interpretação” (Rüsen, 2001, p. 160).

Contudo, é necessário pontuar que não eram apenas os setores organizados do operariado paraense que rememoravam o evento. Na grande imprensa da cidade das mangueiras, as edições do 14 de julho frequentemente traziam editoriais a respeito da efeméride.¹² Em 1894, o então governador do estado, Lauro Sodré, presidiu uma sessão solene no *Clube Euterpe* em que foi comemorada a data; segundo o articulista do periódico que publicou o convite para a sessão, consta que à ela concorreria toda a “elite da sociedade belenense”.¹³ Anos antes havia ocorrido no Teatro da Paz a encenação da peça “fidalgos e operários ou a queda da Bastilha”, encenada pela *Associação Dramática e Recreativa Beneficente*, sendo dedicada a Lauro Sodré, em benefício do *Liceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant*, contando com a assistência de autoridades civis e militares do estado.¹⁴

Essa valorização da Revolução Francesa como evento histórico muito relembrado na sociedade como um todo ajuda a compreender por que havia tantas referências a ela nos meios associativos e sindicais: os trabalhadores paraenses estavam banhados em seu tempo, bem como em sua própria cultura, se aproveitando dos signos e símbolos disponíveis nos contextos em que viviam. Segundo Maria Nazaré Sarges (2000, p. 55), “(...) ‘os coronéis da borracha’, embora dependentes financeiramente de Londres e Estados Unidos, estavam culturalmente ligados a Paris, uma das cidades-polos da *Belle Époque*, cidade símbolo da fase áurea da modernidade”. O “francesismo” que dominou a capital amazônica (Sarges, 2000,

¹² Ver, apenas a título de amostra: “A queda da Bastilha”. *Folha do Norte*, Belém. n.º 196, 14 jul. 1896, p. 1; “14 de Julho”. *O Pará*, Belém. n.º 483, 14 jul. 1899, p. 1; “14 de julho”. *A Pátria Paraense*, Belém. n.º 16, 14 jul. 1894, p. 1; “14 de julho”. *A República*, Belém. n.º 691, 14 jul. 1892, p. 1; NUNES, Bertoldo. “A queda da Bastilha”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 96, 14 de julho de 1911, p. 1.

¹³ “Urb et orb”. *Diário de Notícias*, Belém. n.º 143, 10 jul. 1894, p. 1.

¹⁴ O evento foi amplamente divulgado pelos maiores periódicos de Belém, como o *A República*, o *Diário de Notícias* e *O Democrata* ao longo de toda a primeira metade do mês de agosto de 1891. Ver por exemplo: “Theatro da Paz”. *Diário de Notícias*, Belém. n.º 182, 21 ago. 1891, p. 3.

p. 130) se expressava não apenas nos hábitos e costumes que as elites políticas e econômicas buscavam impor às camadas populares, mas também na própria percepção histórica desses sujeitos: a mentalidade e o imaginário locais foram inundados por referências à história europeia.

Elementos da história francesa, como a Revolução, conhecidos através das aulas de história nas poucas escolas primárias existentes ou por meio das edições comemorativas dos periódicos que circulavam naquele momento, faziam parte do repertório da população local, inclusive de seus setores subalternizados. As escolas primárias faziam eventos comemorativos em referência à data¹⁵ e por vezes as próprias autoridades políticas locais e os cônsules franceses se engajavam nas atividades de celebração.

No entanto, se um mesmo evento ou processo histórico pode ser referenciado ou apropriado por grupos sociais diferentes – no caso em tela, tanto pela elite quanto pelos setores organizados do operariado – as interpretações que são feitas por cada um desses grupos – ou, em termos de Rüsen, os “sentidos” que são atribuídos a cada um desses processos ou eventos por cada um dos segmentos sociais – podem variar bastante.

Dessa forma, enquanto nos jornais da grande imprensa a Revolução Francesa poderia ser representada de forma laudatória, utilizada para ou apresentada de forma a legitimar o regime então em vigor, de um liberalismo estratificante e excludente, com a República brasileira de então sendo apresentada como herdeira da francesa, nos editoriais das folhas operárias ou nas falas das conferências realizadas pelos sindicatos acerca da data, ela poderia ser encarada como um processo incompleto ou como um precedente para a ação no presente.

Essa divergência de significados e de interpretações pode ser percebida na solenidade ocorrida na sede do *Clube dos Artistas Nacionais Republicanos* para comemorar o aniversário da derrubada da Bastilha, em 1891. Lauro Sodré,

¹⁵ Em 1912, os redatores do *Estado do Pará* noticiaram uma “para militar infantil” em homenagem à data com os estudantes da *Escola de Aprendizes Marinheiros* e dos *Colégios Paraense, Amazônia e Nacional*. No ano seguinte, o mesmo periódico noticiou as atividades acerca do 14 de julho na *Escola Espírita Mont’Alverne* e na *Escola Aurora*. Ver: “Quatorze de julho”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 459, 13 jul. 1912, p. 1; “O 14 de Julho e a Escola Aurora”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 826, 16 jul. 1913, p. 2.

governador do estado e presidente honorário do *Clube dos Artistas*, fez um discurso onde

Aludiu ao fato histórico que a França e a humanidade inteira comemoram no dia 14 de julho; mostrou os efeitos que a revolução francesa triunfante imprimia nos destinos do Brasil e, ocupando-se ainda largamente de interessantes assuntos atinentes à liberdade dos povos, terminou assegurando à classe artística que nele teria sempre o concidadão amigo de todas as eras.¹⁶

Logo em seguida discursou o orador oficial do clube, Joaquim da Cunha Oliveira, para quem “faz ver que, obra do homem, a República no Brasil ainda não havia correspondido completamente às aspirações daqueles que, na época calamitosa em que a realeza zombava do poder popular, mourejavam pela redenção social da Pátria abatida”.¹⁷ Enquanto o governador conferia à efeméride um tom mais laudatório, salientando “os efeitos que a revolução francesa triunfante imprimia no destino do Brasil”, o orador da organização dos artífices locais adotava um tom mais crítico, tecendo uma crítica à República que vigorava no país naquele momento.

Essa perspectiva de incompletude da Revolução Francesa, cujos militantes daquele presente deveriam atuar para completá-la no futuro, pode ser percebida mais claramente no editorial da edição de 12 de julho do periódico *O Semeador*. Sintomaticamente intitulado “14 de julho”, o texto inicia afirmando que relembrar a data seria “reviver um dos maiores feitos de um povo, é cantar a epopeia da plebe faminta de Paris, que em um assomo de revolta esmagou e pôs por terra uma das mais fortes casas autocratas europeias, e com ela toda uma nobreza corrupta e vil”. A seguir, o articulista comentou que embora a plebe parisiense não tenha alcançado aquilo que desejava por ter se deixado levar pela burguesia, “(...) ela nos dá o exemplo de que é por nossas próprias mãos que devemos procurar o remédio para os nossos sofrimentos”. O texto conclui exortando:

O povo de hoje, faminto de pão e de justiça, como o de 1789, deve se preparar para, como aquele, poder um dia derrubar todas estas bastilhas existentes na face da terra, e elevar bem alto a estátua

¹⁶ “Artistas Nacionais”. *O Artista: órgão da classe operária*, Cametá. n.º 5, 2 de agosto de 1891, p. 2.

¹⁷ *Idem, Ibidem*.

redentora de uma humanidade feliz, porque é todo trabalho, amor e justiça. Enquanto não nos chega esse dia, prestemos nosso preito de homenagem a plebe parisiense.¹⁸

Os feitos da plebe parisiense foram apresentados pelo articulista do jornal operário como um precedente para inspirar ações no presente com a intenção de se chegar ao objetivo almejado, que no caso do grupo editorial do periódico era o socialismo libertário (ou anarquismo). Em outra ocasião, um colaborador da redação de *O Semeador* publicou um paralelo entre a Revolução Francesa e a Revolução Russa, então em andamento, considerando-as “datas irmãs gêmeas”, argumentando que “(...) a história repete-se; os libertários de 1789 tiveram que bater-se denodadamente durante quatro anos, assim também os paladinos de 1917 já lutam há dois anos”.¹⁹

Se a Revolução Francesa era referenciada positivamente tanto pelo movimento operário quanto pelas autoridades públicas e pelas elites políticas, econômicas e intelectuais do estado, embora com significações distintas quanto aos sentidos atribuídos a ela, um outro evento da história da França era bem menos apreciado por essas últimas.

Em uma das edições de março de 1920 do periódico *O Semeador*, o editorial foi dedicado a rememoração do 18 de março, data que marca o início da Comuna de Paris, cerca de cinquenta anos antes, em 1871. Reconhecendo que, naquele momento, “para um grande número de trabalhadores [paraenses, a comuna] é quase completamente desconhecida”, o tipógrafo anarquista Silva Gama, que assinou o editorial, fez um breve retrospecto do evento, salientando algumas medidas tomadas pelos *comunards*, como a concessão da propriedade das casas para quem nelas residissem e o fim do serviço militar obrigatório, além de salientar a repressão feroz desencadeada por forças da Prússia em aliança com o exército real francês. Ao concluir, Gama afirmou que:

E que esta lembrança sirva de incentivo para que continuemos na luta encetada pelos nossos antepassados, que embora sacrificados,

¹⁸ CALABAR, Raul. “14 de julho”. *O Semeador*, Belém. n.º 8, 12 de julho de 1919, p. 1.

¹⁹ BATISTA, A. “14 de julho de 789 e 1 de novembro de 917”. *O Semeador*, Belém. n.º 25, 8 de novembro de 1919, p. 3.

mártires uns, trabalhavam para nos legar dias melhores dos que os que eles passaram, com esta mesma energia e força de vontade afim de que aos nossos filhos lhes entreguemos uma sociedade onde o amor do homem pelo homem seja uma verdade, onde finalmente sejam todos irmãos.²⁰

Esse trecho do artigo, apesar de curto, é denso analiticamente em relação as possibilidades da construção de sentido do tempo. Através dele, é possível perceber as quatro dimensões do tempo descritas por Rüsen (2014, p. 256): o passado dos antepassados *comunards* (antepassados metafóricos, já que não consta que tenha havido uma migração significativa de franceses para o estado do Pará ou que o próprio Silva Gama tenha sido descendente de franceses), o próprio presente do autor do artigo e dos leitores aos quais se dirigia, e o futuro projetado para os “nossos filhos”, em que “finalmente sejam todos irmãos”, e o sentido, a quarta dimensão que confere inteligibilidade aos outros três e tem a função de orientar a ação no presente.

Demonstra ainda uma outra característica da construção da consciência histórica apontada por Rüsen (2014, p. 261-262): tanto a memorização quanto a expectativa transcendem o espaço de vida individual dos seres humanos (a memorização absorve parte da memória social e a expectativa de futuro de um sujeito pode transcender sua própria morte). No caso em tela, o militante paraense relembrou um evento ocorrido há uma ou duas gerações com o intuito de estimular ações que tivessem impacto na geração seguinte.

3. Em busca de sentido para as contingências locais

Apesar do forte viés internacionalista, não foram apenas eventos e processos históricos internacionais a serem lembrados pelos trabalhadores e militantes residentes no Pará no processo da construção da sua consciência histórica e da própria identidade operária. A Cabanagem, por exemplo, foi mencionada ao menos uma vez pelos militantes libertários de Belém em seus periódicos, e não com um juízo de valor positivo. Comentando os atos de violência do dia 20 de fevereiro de

²⁰ GAMA, Silva. “18 de março”. *O Semeador*, Belém. nº 44, 20 mar. 1920, p. 1.

1920²¹, um dos redatores do *O Semeador* escreveu que “talvez tivéssemos uma segunda cabanagem” caso as ideias libertárias de internacionalismo não estivessem disseminadas entre os trabalhadores de Belém. A associação entre os dois acontecimentos foi feita devido ao caráter antilusitano presente em ambos.

Até mesmo as comemorações oficiais do 15 de agosto, referentes à adesão do Grão-Pará à independência, uma das principais efemérides para a construção da identidade nacional e regional no estado do Pará, foram alvo de críticas nos periódicos libertários. Em artigo publicado no *O Semeador*, Alexandre Orloff comentou as atividades escolares realizadas em homenagem à data, argumentando que elas serviam para estimular o patriotismo e o militarismo entre as crianças, usando como argumento até o inconveniente delas “permanecerem ao sol causticante de um dia de verão até as 12 horas”.²²

A disputa pelo sentido do evento se articulava intimamente com a disputa pela construção de identidades, já que frente a uma interpretação que reforçava a identidade nacional/patriótica se apresentava outra que enfatizava a identidade de classe. Disputa certamente bastante desigual, já que frente a todo o aparelho do Estado em apoio às comemorações, se contrapunha o periódico operário cuja tiragem ficava na casa de algumas centenas.

No entanto, os eventos e processos históricos locais que recebiam maior atenção dos militantes eram aqueles ligados ao próprio movimento operário. Conforme encadeavam seus movimentos de luta e reivindicação, os sindicalistas de Belém experienciavam alguns eventos contingentes para os quais precisaram construir significados, associando-os narrativamente a outros eventos e processos, formando sua própria memória coletiva local. Na leitura das fontes acerca das comemorações do 1.º de maio em Belém ao longo da década de 1920, foram percebidos pelo menos dois episódios que fizeram parte da memória coletiva do

²¹ Na madrugada daquele dia, uma multidão de pessoas, formada principalmente por trabalhadores de origem nacional, realizou uma série de ataques a estabelecimentos comerciais de proprietários de origem estrangeira – sobretudo portugueses – chegando mesmo a intimidar e agredir alguns imigrantes. Um episódio relativamente trivial – um pescador lusitano teria amassado uma bandeira brasileira – desatou os atos, embora as disputas étnico-nacionais nos mundos do trabalho locais tenham sido o pano de fundo para o enfrentamento (Ferreira; Lima, 2021).

²² ORLOFF, Alexandre. “As festas de 15 de agosto”. *O Semeador*, Belém. n.º 13, 16 de agosto de 1919, p. 3.

setor organizado da classe trabalhadora local, talvez por terem causado um impacto muito significativo, sendo lembrados recorrentemente nessa ocasião ritual.

Um deles foi o assassinato do estivador Paulo Victor²³ por um capataz da *Booth Line*, na ocasião de um protesto contra o rebaixamento de salários imposto pela empresa aos seus trabalhadores, em fevereiro de 1914. Esse evento impactou fortemente o operariado local, com o cortejo fúnebre de Paulo Victor sendo acompanhado por cerca de 2.000 estivadores, segundo jornais de “origem burguesa” pelos quais os redatores do *A Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro, primeiro ouviram falar sobre o corrido²⁴, ou por cerca de 2.500 “pessoas do povo”, segundo um correspondente paraense do mesmo periódico carioca que expôs sua versão do evento.²⁵ Em termos proporcionais, os números do cortejo são bastante surpreendentes, podendo ser considerado como uma das grandes manifestações de massa do operariado belenense naquela conjuntura.

A comoção foi tamanha que os estivadores empregados na *Booth Line*, apoiados pelos trabalhadores de outras empresas e casas comerciais, não apenas mantiveram seu nível salarial prévio como conseguiram estabelecer a jornada de oito horas de trabalho, ao saírem vitoriosos de seu movimento paredistas. Nos anos seguintes, o trágico evento foi recorrentemente rememorado, principalmente na ocasião do dia dos trabalhadores. A tradição se iniciou ainda no mesmo ano. Descrevendo as manifestações d 1º de maio de 1914, Adriano Craveiro de Oliveira (2019, p. 82) relatou que:

(...) o dia do trabalho foi comemorado pela União Geral dos Trabalhadores do Pará, cuja sede recebeu artistas e operários da capital Belém em grande número. Após a solenidade na UGT, cerca de 800 pessoas fizeram uma passeata, durante a qual cantaram a Internacional Comunista, seguindo em direção ao cemitério Santa Izabel, para homenagear o túmulo do estivador Paulo Victor, assassinado pelo capataz de serviço da companhia de navegação *Booth Line*. Na ocasião, o sindicalista Antônio Carvalho proferiu um discurso, o qual emocionou os presentes. Depois de espalharem flores sobre o túmulo do estivador, os manifestantes retiraram-se

²³ Segundo um diário belenense que noticiou o conflito, Paulo Victor era sergipano, branco, solteiro e possuía cerca de 30 anos. Ver: “Na Boulevard da República: Um capataz da *Booth Line* mata um estivador em legítima defesa”. *Estado do Pará*, Belém. nº 1.045, 20 fev. 1914, p. 2.

²⁴ “Brazil Operário”. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro. nº 1º mar. 1914, p. 4.

²⁵ “Brazil Operário”. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro. nº 51-52, 1º abr. 1914, p. 3-4.

em direção à União Geral dos Trabalhadores do Pará, cantando novamente a Internacional Comunista.

Nas manifestações do dia dos trabalhadores em 1919, o jornal *A Voz do Trabalhador*, porta-voz da *Federação das Classes Trabalhadoras do Pará*, descrevendo as atividades organizadas pelos sindicatos para o dia, comentou que:

Ao passar o cortejo em frente a *Port Of Pará*, no Boulevard da República, lugar onde foi assassinado nosso companheiro estivador, Paulo Victor, pela mão covarde d'um enviado da burguesia, quando em greve de 1914, usou a palavra o camarada Cezar, da “U. dos Chauffers”, fazendo com veementes palavras ressaltar quanta nobreza de sentimentos adornavam o caráter daquela vítima do Capital, que preferiu a morte a ter de se entregar vergonhosamente, aos que deviam continuar a ser os algozes de sua classe.²⁶

No ano seguinte, em um dos artigos da edição especial do periódico *A Voz do Trabalhador* em referência ao 1º de maio, Gabriel Luna – provavelmente um pseudônimo, já que é o mesmo nome do protagonista do romance *A Catedral*, do escritor socialista espanhol Blasco Ibañes – relembrou o episódio da condenação dos militantes envolvidos no massacre de Haymarket, argumentando que:

Verdadeiros protomártires, que pagaram com a vida por quererem ser homens e não bestas, temos os cinco companheiros mortos em 11 de novembro de 1887, em Chicago; temos aqui entre nós o inditoso camarada Paulo Vítor, varado pelas balas de um sicário ao serviço do Capital em um dos nossos últimos movimentos reivindicadores.²⁷

A rememoração do assassinato de Paulo Victor varou toda a década seguinte. Na descrição das atividades do 1º de maio de 1927 em Belém, enviada por um correspondente paraense aos redatores do periódico paulistano *A Plebe*, que a publicaram, é possível ler que:

Ao passar o cortejo pelo local onde foi assassinado injustamente um estivador numa das greves passadas da classe, operário que tombou varado pela bala assassina do revólver dum capataz, um companheiro tomou a palavra para lembrar e estigmatizar o

²⁶ “1º de maio”. *O Semeador*, Belém. n.º 4, 21 de maio de 1919, p. 3.

²⁷ LUNA, Gabriel. “os nossos mártires”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 1, 1º de maio de 1920, p. 2.

infausto acontecimento. Foi aí que a Sociedade União do Sindicato dos Estivadores do Pará ingressou com seu estandarte, no cortejo.²⁸

No ano seguinte, o jornal *O Motorista*, porta-voz do *Centro Internacional dos Motoristas do Pará*, descreveu o “cortejo cívico” organizado pelas entidades proletárias de orientação sindicalista revolucionária em Belém para marcar o 1º de maio daquele ano. Após uma parada na travessa Frutuoso Guimarães, onde se incorporaram os tipógrafos:

O cortejo segue a mesma travessa até o Boulevard da República e depois por este até próximo a sede do Sindicato dos Estivadores, no local onde foi assassinado Paulo Victor, estivador, por um capataz da Companhia Booth-Line na ocasião em que este Sindicato estava em luta pela conquista das 8 horas, em 1914. Aí, depois de incorporados um número regular desses úteis homens das mãos calosas e uma comissão representando o mesmo Sindicato, faz uso da palavra nosso camarada César de Azevedo referindo-se ao bárbaro crime ali praticado cujo criminoso teve por castigo ser transferido para o Maranhão onde continua protegido pela poderosa Companhia.²⁹

O outro evento contingente local que marcou profundamente o operariado belenense, tendo sido rememorado por vários anos, foi a morte do militante anarquista João Plácido de Albuquerque enquanto representava a *Federação das Classes Trabalhadoras do Pará* no III Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, no final de abril de 1920. Saindo de Belém já meio enfermo, Plácido de Albuquerque foi detido pela polícia carioca, junto ao restante da delegação paraense, logo após desembarcar, tendo sido espancado e privado de alimentação e água enquanto preso, o que agravou sua condição de saúde e o levou ao óbito nas vésperas do 1.º de maio daquele ano.³⁰

O evento gerou grande comoção, tanto no operariado do Rio de Janeiro, onde o corpo de Plácido foi enterrado acompanhado de um cortejo fúnebre formado por comissões de diversas organizações sindicalistas libertárias e por algumas

²⁸ “Do Pará Proletário”. *A Plebe*, São Paulo. n.º 254, 25 de junho de 1927, p. 2.

²⁹ “O 1º de maio em Belém”. *O Motorista*, Belém. n.º 2, junho de 1928, p. 1.

³⁰ “João Plácido de Albuquerque”. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro. n.º 84, 1.º de maio de 1920, p. 1.

centenas de trabalhadores³¹, quanto em Belém, onde o cortejo de 1.º de maio organizado pela Federação das Classes Trabalhadoras do Pará se revestiu de um caráter fúnebre em sinal de sentimento pela morte de João Plácido.³² O episódio foi referenciado muitas vezes nos anos seguintes, nos dois estados.

Já em 1921, as comemorações organizadas pelos sindicatos libertários do Rio fizeram uma romaria ao túmulo do operário paraense, onde foram ouvidos diversos oradores.³³ No final de 1923, a *Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro* lançou uma circular onde solicitava às associações federadas contribuições financeiras em benefício da mãe de Plácido de Albuquerque, referido como “mais um mártir na longa história da luta de classes”³⁴, sendo atendida por várias associações operárias. Já em 1925, José Maria Guerreiro solicitou aos redatores do periódico *O Brasil*, da então capital federal, que publicassem uma homenagem à Plácido, onde era lembrado o episódio de cinco anos antes. Guerreiro concluiu seu texto concitando seus leitores:

E vós, operários, ao relembrar-vos dos gloriosos mártires de Chicago, dos presos e deportados por questões sociais, lançai o vosso grito de “Solidariedade”, mas deixai em vosso coração um cantinho reservado à memória do nosso companheiro João Plácido de Albuquerque, vítima sacrificada em holocausto ao ideal do proletariado brasileiro.³⁵

No Pará, a morte de Plácido também foi recorrentemente lembrada ao longo dos anos seguintes. Em 1924, a edição especial de 1.º de maio do *A Voz do Trabalhador* trazia um breve artigo rememorando o evento, expressando ainda os pêsames à mãe do militante libertário pela perda de seu único arrimo.³⁶ Na já mencionada manifestação do 1º de maio de 1927, quando o cortejo organizado pela FCT chegou ao cemitério de Santa Isabel, o nome de João Plácido foi lembrado ao lado de outras “vítimas da tirania social”, tais como os mártires de Chicago, Francisco Ferrer y Guardia e Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti. Na mesma ocasião, *União dos Choferes*

³¹ “O enterro do camarada Plácido”. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro. n.º 85, 3 de maio de 1920, p. 2.

³² “João Plácido”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 1, 1.º de maio de 1920, p. 2.

³³ “As comemorações do dia 1.º de maio”. *O Combate*, Rio de Janeiro. n.º 66, 2 de maio de 1921, p. 3.

³⁴ “No meio operário”. *O Paiz*, Rio de Janeiro.

³⁵ GUERREIRO, José Maria. “João Plácido de Albuquerque”. *O Brasil*, Rio de Janeiro. n.º 1087, 1.º de maio de 1925, p. 3.

³⁶ “João Plácido”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 25, 1.º de maio de 1924, p. 2.

também organizou uma sessão solene para celebrar o dia, que foi encerrada com uma coleta em benefício da mãe de João Plácido.³⁷

Já no convite para as manifestações organizadas pela FCT para o 1.º de maio de 1931, constava na programação uma homenagem a “(...) a memória de seu sindicalizado João Plácido, falecido no Rio de Janeiro, em 1920, quando ali foi representar os seus colegas de classe, junto com José da Gama, no 3º Congresso Operário Brasileiro” (Rodrigues, 2015, p. 143). Não dispomos de documentação para a década de 1930, mas é bem possível que a memoração dos assassinatos de Paulo Vítor e João Plácido tenham sido levadas à cabo pelos núcleos militantes de Belém pela Era Vargas adentro.

Menos do que pelas circunstâncias específicas da morte de cada um deles, o que interessa para os objetivos do presente texto é a rememoração desses eventos pelo movimento operário nos anos seguintes e a associação que foi feita acerca de cada um desses episódios com o 1.º de maio. Tal rememoração não foi algo exclusivo dos militantes de Belém, já que conforme Cláudio Batalha (2004, p. 108-109), “(...) a ideia de martírio está indissociavelmente ligada à noção de redenção, muito presente no discurso em torno do 1º de Maio (...) Nessa concepção, não apenas a tragédia de Chicago, mas todas as tragédias vividas pelo movimento operário no mundo fornecem mártires.”

Eventos contingentes – ou “infaustos acontecimentos”, nas palavras do correspondente de *A Plebe* – as mortes de Paulo Victor e João Plácido de Albuquerque acabaram sendo transformadas em símbolos pelos núcleos libertários do movimento operário de Belém, que lhes atribuíram um sentido os ligava à data do “operariado universal”, o 1º de maio, em uma variação local de um rito internacional que coincidentemente, ou não, se originou, pelo menos na visão dos anarquistas, de uma greve que também reivindicava o estabelecimento da jornada de trabalho diária de oito horas, objetivo pelo qual os dois martirizados se bateram a favor. Episódios que ficaram marcados na memória coletiva dos militantes de Belém por algumas décadas, compondo, junto a outros eventos históricos rememorados e ressignificados, uma parte do espaço de experiência daqueles sujeitos.

³⁷ “Do Pará Proletário”. *A Plebe*, São Paulo. n.º 254, 25 de junho de 1927, p. 2.

Esse processo de rememoração e de associação dos militantes paraenses aos chamados “mártires de Chicago” pode ser compreendido à luz das considerações de Rüsen, para quem:

A contingência também pode ser um evento dentro de um contexto interpretativo de cunho histórico do tempo. Neste caso, ela, enquanto experiência, precisa ser posta numa conexão narrativa com outros acontecimentos, na qual desaparece o caráter contingente do acontecimento em questão. Ele se anula num contexto vital histórico carregado de sentido e significado (Rüsen, 2014, p. 258).

Um dos fatores que motivam a construção de sentidos do tempo pelos seres humanos é a necessidade de controle das contingências. Interpretá-las é uma das formas de lidar com elas; construir um sentido do tempo é transformar o *tempo natural* das contingências, fora do controle dos seres humanos, em *tempo humano* dotado de significado e cognoscível para os homens e mulheres; nesse sentido, a morte é, segundo Rüsen, um exemplo radical de evento contingente (Rüsen, 2001, p. 59-60). Poder-se-ia acrescentar que sobretudo mortes em circunstâncias violentas, tais como foram os casos das de Paulo Victor e de João Plácido de Albuquerque. Talvez por isso tenham sido dois episódios recorrentemente rememorados pelos trabalhadores belenenses nos anos seguintes, compondo parte da memória coletiva deles.

4. Considerações finais

Seguindo a formulação clássica de Edward Palmer Thompson (1987), a classe emerge quando um conjunto de pessoas sente e articula uma identidade de interesses entre si e em oposição a outros grupos cujos interesses diferem ou se opõem aos seus; com a consciência de classe, a experiência é tratada em termos culturais, se expressando por meio de tradições, sistemas de valores e formas institucionais. As ideias de Rüsen contribuem para pensar um outro elemento para a formação das identidades coletivas (de classe ou de outras formas, como de nacionalidade, políticas ou étnicas) – e que não necessariamente são contraditórias

com as concepções de Thompson, já que o processo de constituição identitária é multifacetado – qual seja, sua dimensão diacrônica.

Nesse sentido, pode-se dizer que cada grupo identitário elege alguns eventos ou processos históricos para rememorar, seja para celebrar de forma positiva ou para condenar, mas sempre com um significado atribuído. Esses eventos e processos históricos apropriados foram interligados narrativamente, formando um sentido, com o intuito de construir “(...) orientação histórica da vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis) – afinal é esse o interesse de qualquer pensamento histórico” (Rüsen, 2007, p. 87).

No caso específico da classe trabalhadora de Belém do Pará da Primeira República, alguns dos eventos e processos históricos que ajudaram a compor essa identidade de classe entre os trabalhadores paraenses foram a Revolução Francesa, o assassinato do pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardía e a Comuna de Paris, sendo rememorados em editoriais dos seus periódicos, em sessões, conferências ou discursos nas associações classistas.

Nesse sentido, os trabalhadores belenenses não apenas sentiam uma identidade entre seus interesses e os interesses de outros trabalhadores – além da oposição desses interesses contra os dos patrões, grandes comerciantes e locatários das habitações que alugavam – mas também uma afinidade com a plebe parisiense que derrubou a Bastilha em 1789, com os grevistas de Chicago em 1886 ou com os *comunards* de 1871 (ou pelo menos era esse sentimento que as lideranças sindicais e os redatores dos periódicos operários procuravam difundir entre os trabalhadores comuns, em suas conferências, palestras e artigos nos jornais).

A esses eventos internacionais, foram associados alguns eventos locais, como o assassinato do estivador Paulo Victor em 1914 ou a morte de João Plácido de Albuquerque em 1920, que permaneceram na memória coletiva do movimento operário local por vários anos, sendo associados a outros eventos históricos, como os mártires de Chicago, como pertencentes a uma mesma tradição de luta que os interligavam temporalmente e internacionalmente com trabalhadores de outras partes do mundo.

Em suma, os eventos e processos históricos apropriados pelos militantes libertários belenenses eram resgatados com o intuito de fornecer uma orientação ao agir na vida prática do presente deles – como paradigmas, exemplos, precedentes, estímulo ou fontes de inspiração – com vistas às suas intenção e expectativas para o futuro – fosse o estabelecimento da jornada diária de oito horas de trabalho ou alguma forma de transformação socioeconômica mais ampla, como a revolução almejando a sociedade libertária que inspirou alguns milhares de trabalhadores no início do século XX.

É muito difícil prever quais serão as apropriações que os possíveis leitores deste texto farão para a construção dos seus próprios sentidos do tempo e seus agires e sofreres em seus respectivos presentes. Mas se estas linhas tiverem contribuído, mesmo que minimamente, para uma aproximação da consciência histórica daqueles sujeitos que viveram há cerca de cem anos (sem, no entanto, a pretensão de ter esgotado o assunto) e para uma reflexão acerca da consciência histórica no presente, seu autor irá considerar que cumpriu seu objetivo.

Referências

BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. 2.^a edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). *Cultura de classes: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.

BATALHA, Cláudio H. de M. Nós, filhos da revolução francesa: a imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 10, n. 20, p. 233-249, 1991.

BRAGA, Marcos Lucas Abreu. A memória de Francisco Ferrer na construção da identidade operária na Amazônia: a repercussão da morte e das ideias do professor espanhol entre os trabalhadores de Belém e de Manaus na década de 1910. *Revista Estudos Libertários*, v. 4, n. 9, p. 169-188, 2022.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 35, 2007.

FERREIRA, Marcelo Benedicto; LIMA, Aline de Kassia Malcher. Jacobinos da Amazônia: nacionalismo, trabalho e violência no Pará (1890-1920). *Maracanan*, n. 26, p. 119-145, 2021.

NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. “Aos escravos modernos”: abolição e república na imprensa operária no início do século XX. In: *I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*. GT 08: História do Negro no Brasil. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 1º, 2008. Anais [...]. Campina Grande - PB, 2008. ISBN: 978-85-89674-48-5. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/36621>.

OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1860-1930): Estudos sobre Organizações e Greves de uma Classe em Formação*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

RODRIGUES, José Ivanilson da Luz. *O labor feminino do lar à fábrica: lutas, práticas e representação social*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos: capítulos da história do Pará*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2001.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político revolucionário do Grão-Pará*. Belém: Edições CEJUP, 1992.

SARGES, Maria Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Epóque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1987.

ZORZI, José Augusto. O 20 de Novembro (1971-2021) e a emergência de uma data afro-brasileira: da Princesa a Zumbi. *Revista Aedos*, v. 14, n. 31, p. 111-132, 2022.